

IMPÔSTO DO SÊLO —
RESUMO FINAL

Pela última vez, foi cobrado, em 1966, o impôsto do sêlo, juntamente com os chamados “afins”, a que nos referiremos mais adiante. Já em 1966, não era mais um impôsto do sêlo propriamente dito e sim um impôsto sôbre obrigações financeiras, ao lado de outro sôbre operações de câmbio e transações de seguros. O impôsto tinha êsse nome, porque assim era a forma original de sua cobrança, um sêlo, ou — falando a linguagem de hoje — um carimbo aplicado a papéis. A estampilha, cujo nome hoje é sinônimo do sêlo, só veio a surgir mais tarde, junto com o sêlo adesivo postal.

Foi provávelmente êste o impôsto que mais tempo guardou um caráter puramente fiscalista, isto é, servia para arrecadar dinheiro, sem considerações econômicas. Nunca foi um impôsto muito popular e uma das causas pelas quais as então colônias de Sua Majestade Britânica resolveram desligar-se da metrópole foi justamente a resistência contra a cobrança de tal tributo. A legislação dos últimos tempos é descendente direta do Alvará, com força de lei de 10.3.1797, atendo-se, salvo nos anos mais

recentes, ao princípio documental. Assim, o impôsto recaía sôbre o documento. A consequência era imediata — e sempre o fci: procurava-se evitar ou esconder o documento. Até hoje, sem o saberem por que, muita gente imprime as suas notas fiscais com os dizeres “Não vale como recibo”. Recibo pagava sêlo e ninguém queria arriscar o arbítrio de um fiscal, que poderia achar que a nota fiscal constituía um recibo, se não de outra coisa, ao menos de entrega da mercadoria.

É preciso notar, contudo, que a forma de cobrança, ou seja, o selo adesivo, ou estampilha, não deve ser rejeitada, sem maior exame. Com efeito, nas pequenas incidências, o selo sem dúvida é uma forma mais prática, não exigindo tanta fiscalização. Todavia, o imposto ficou, por assim dizer, desmoralizado, à medida que sucessivos governos iam introduzindo novas incidências. O próprio absurdo era demonstrado pelo fato de que o governo se viu obrigado a conceder um sem-núme-

ro de isenções, como na primeira via de certidão de nascimento, nos documentos escolares, nos trabalhistas e assim por diante. Por outro lado, a introdução das máquinas de selar, que são as mesmas do Correio, serviu para facilitar de muito o registro de operações. É de desejar, entretanto, que não se abandonem integralmente a estampilha e a máquina de selar, em especial na taxa de serviços federais, remuneração de serviços prestados ao público pela União, onde a co-

I — TAXA DE PROTESTO DE TÍTULOS E ÍNDICE DE SOLVÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO

1957/67

(NCr\$ milhões)

ANO	TAXA DE PROTESTO (por mil)	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA (1954 = 100)	TÍTULOS PROTESTADOS	EMPR. BANC. VENCIDOS (med. mens.)
1957	7,0	95	0,3	42
1958	9,3	125	0,5	49
1959	11,8	160	0,7	59
1960	9,7	181	0,7	73
1961	7,9	107	0,8	96
1962	7,6	103	1,0	128
1963	8,2	110	2	185
1964	13,8	186	4	289
1965	14,8	200	7	503
1966	31,0	419	23	756
1967	32,0*	432*	14	895

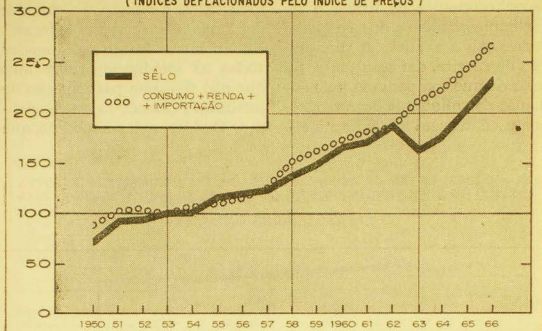
(*) Estimativa.

GRÁFICO I

ARRECAÇÃO REAL DOS IMPOSTOS FEDERAIS

1953 = 100

(ÍNDICES DEFLACIONADOS PELO "ÍNDICE DE PREÇOS")



brança, sob essa forma, deveria reduzir bastante as despesas de contabilização e fiscalização.

A REFORMA TRIBUTÁRIA

Nos trabalhos de reforma tributária, adiante referidos, prevaleceu então a idéia fundamental, de não ser este imposto fonte ideal de receita, comprovada aliás pelo fato de que, nos modernos sistemas tributários, estar declinando consideravelmente a sua importância. Outro fator significativo foi a realidade da sonegação, em praticamente todas as transações realizadas entre particulares.

Dentro do quadro geral da arrecadação tributária federal — distinta da receita industrial, patrimonial e outras espécies — o sêlo sempre representou parcela vultosa e, em 1966, atingiu mais de 500 milhões de cruzeiros novos, ou seja, perto de 1/8 do total dos 4 grandes impostos: consumo, renda, importação e sêlo. O QUADRO I mostra a evolução da cobrança.

Convém lembrar, a respeito, que desde 1958 vinham sendo desenvolvidos esforços no sentido de eliminar as incidências anti-econômicas. Tais esforços culminaram na chamada Refor-

ma Tributária, que entrou em vigor no início deste ano. O primeiro estágio foi a eliminação do selo em requerimentos, folhas, reconhecimentos de firmas e semelhantes, além do adicional "educação e saúde". A diminuição de receita, daí resultante, foi mais do que compensada pelo aumento das alíquotas do remanescente. Em seguida, vieram a eli-

minação do selo de recibo, a supressão de tôdas as incidências de atos não econômicos, a isenção dos atos relativos a ações de sociedades, a criação do conceito de "taxa de serviços federais". Finalmente, foram eliminadas tôdas as incidências sobre atos que não tivessem participação de instituição financeira ou de seguros. O alcance dessa medida, que

II — COEFICIENTES DE VULNERABILIDADE, DE INSOLVÊNCIA EFETIVA E RISCO DE INSOLVÊNCIA EFETIVA OU DE DIFICULDADES TEMPORÁRIAS

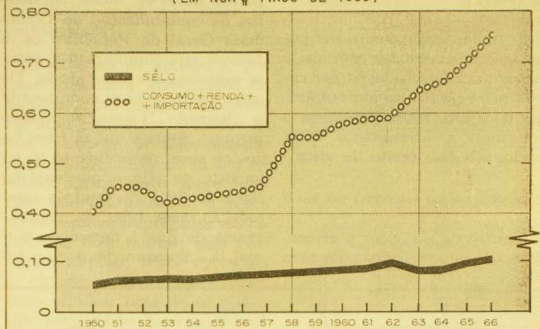
RIO DE JANEIRO — 1953/67

ANO	COEFICIENTE DE:		RISCO DE (%)	
	Vulnerabilidade	Insolvência efetiva	Insolvência efetiva	Dificuldades temporárias
1953	16,6	9,8	59	41
1954	19,9	10,9	55	45
1955	18,3	11,8	65	35
1956	18,5	9,5	51	49
1957	13,6	9,0	66	34
1958	14,5	6,5	45	55
1959	22,2	11,9	53	47
1960	12,6	7,0	56	44
1961	14,0	7,5	53	47
1962	13,2	6,2	47	53
1963	11,4	4,1	36	64
1964	11,4	4,2	37	63
1965	10,5	4,1	39	61
1966	11,5	3,8	33	67
1967 — 1.º semestre ..	12,2	3,9	32	68

GRÁFICO II

ARRECAÇÃO "PER CAPITA" DOS IMPOSTOS FEDERAIS

(EM NCR \$ FIXOS DE 1953)



representa a vitória, dentro do Ministério da Fazenda, da corrente que procura basear a arrecadação no bom-senso, ultrapassa os limites desse imposto e deveria servir de exemplo aos fiscos estaduais, onde ainda impera o espírito de criar dificuldades aos contribuintes, em vez de facilitar a cobrança.

Assim, eliminadas as outras incidências, desapareceu, ao mesmo tempo, a sonegação e, mais, a necessidade de manter uma complicada máquina de fiscalização que, pelo menos no ramo de imóveis, não deve, no passado, ter podido cobrar nem 1/10 do que

era realmente devido. Maior alíquota com menor amplitude de incidência resulta em cobrança bem mais econômica. Acresce que a cobrança hoje é feita e fiscalizada pelo Banco Central, que dá às importâncias destino previsto em lei, para reservas monetárias, em vez de as recolher ao Tesouro Nacional.

Nota-se no QUADRO I que, durante o atual decênio, a receita do sêlo em NCr\$ de 1953 se manteve razoavelmente constante, só aumentando em 1965 e, graças ao adicional, em 1966. Enquanto isso, os resultados da cobrança dos outros 3 impostos

foram bem mais favoráveis. Os valores do referido QUADRO aparecem, sob a forma de índices, no GRÁFICO I.

O rápido crescimento da população brasileira faz com que o aumento da arrecadação *per capita* não seja tão rápido (GRÁFICO II). Em 1966, não fôsse o adicional, a arrecadação teria caído, sob êsse ponto de vista.

COMPOSIÇÃO DO IMPÔSTO DO SÊLO

Dentro do exercício, a arrecadação do impôsto parece ser bem

irregular. Tal fato, contudo, não encontra apoio em um estudo pormenorizado das incidências e parece dever-se, antes, ao sistema de contabilização da Contadoria Geral da República ou à demora nas comunicações entre as exatorias e a Contadoria. De outra forma, não se compreende o chamado "Dezembro Suplementar", rubrica que aparece todos os anos, praticamente só no impôsto do sêlo, e que engloba cerca de 20% do total da arrecadação, sem falar na circunstância de que o dezembro normal já é aproximadamente o tri-

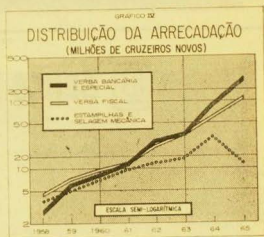
plo de um mês comum. O GRÁFICO III dá uma idéia da arrecadação, mês a mês, com o "Dezembro Suplementar" distribuído proporcionalmente entre os outros meses.

O QUADRO III apresenta, por quadrimestre, a arrecadação de cada uma das rubricas, inclusive os "afins", que eram, até o fim de 1966: imposto do sêlo, pròpria-mente dito; adicional da Lei n.º 4 863/65; imposto sôbre lote-rias; sêlo penitenciário; imposto sôbre capitais empregados em hi-potecas; taxa militar; sêlo pró-fauna; imposto sôbre operações a têrmo; imposto sôbre vales para brindes; taxa de recupera-ção pecuária e fomento rural;

III — TÍTULOS VULTOSOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO

(NCr\$ mil)

ANO	DEVE- DORES PARTI- CULARES	TODOS OS DEVE- DORES
1963	204	589
1964	905	2 112
1965	905	2 364
1966	1 570	8 222
1967 (1.º sem.)	684	3 324



sêlo especial para aposentadoria dos serventuários da justiça; e taxa de serviços federais.

O imposto do sêlo tomou o nome de imposto sôbre operações financeiras, passando a ser cobrado pelas instituições financeiras (bancos e companhias de seguro) com base no saldo mensal de suas aplicações ou prêmios e arrecadado pelo Banco Central do Brasil, que o contabiliza como

“reserva monetária”, com a destinação que a lei determinou. A taxa de serviços federais continua sob nova tabela e classificada como “taxa” e não “impôsto”. O restante desapareceu.

O QUADRO II mostra, mais uma vez, a irregular distribuição de tôdas as rubricas, durante o ano, mesmo com o “Dezembro Suplementar” distribuído. Por outro lado, o GRÁFICO IV apresenta a distribuição da rubrica do sêlo

pròpriamente dito, pelas diversas formas de arrecadação, até 1965. Como se vê, mesmo antes do término, a importância da estampilha já havia diminuído fortemente.

A sensação geral, com o fim dêsse impôsto, parece ter sido de alívio. O contribuinte, mesmo tendo que pagar certa importância, prefere, sem dúvida, pagá-la sob menos rubricas, alíquotas, incidências.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANÇETE EM 5 DE OUTUBRO DE 1967

ATIVO		PASSIVO	
FINANCEIRO INTERNO		FINANCEIRO EXTERNO	
OPERAÇÕES:		DEPÓSITOS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS:	
Após e Obrigações	260,00	Associação Internacional de Desenvolvimento	45.596.900,00
Devedores p/ Financiamentos e Refinanciamentos (FUNAGRI)	126.901.536,06	Banco Interamericano de Desenvolvimento	97.370.258,15
Devedores por Refinanciamentos (Res. Bancentral n.º 21)	29.572.909,55	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	89.709.708,91
Emprestimos a Instituições Financeiras	307.680.611,79	Corporação Financeira Internacional	0,55
Títulos Públicos Federais:		Fundo Monetário Internacional	943.566.474,70
Letras do Tesouro Nacional	148.877.936,09		
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Res- justável — Operações Especiais	48.387.281,00	FINANCEIRO INTERNO	
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo não Resjustável	684.255.425,24	DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:	
Outros Títulos	172.904,96	Depósitos Compulsórios	1.343.611.465,11
Títulos Redescontados	390.973.236,03	Depósitos para Constituição e Aumento de Capital de Insti- tuições Financeiras	57.881.486,15
		Depósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	212.369,50
		Depósitos Voluntários	9.126.669,57
		Outros Depósitos	30.640.233,37
		RECURSOS VINCULADOS:	
		Fundo de Defesa de Produtos Agroperecíveis	361.571.973,23
		Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Su- pimentos Minerais — FUNFERTIL	4.740.288,36
		Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX)	170.478.453,58
		Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI) — De- creto n.º 56.835-65	323.832.313,03
		Fundo para Investimentos Sociais — FUNINBO	4.050.000,00
		Fundo para Correr a Compromissos Decorrentes de Emprésti- mos Externos	3.565,73
		OUTRAS EXIGIBILIDADES:	
		Tesouro Nacional — Recursos de Obrigações Resjustáveis	277.456.125,76
		Tesouro Nacional — Recursos Originários de Operações Espe- ciais com Entidades Internacionais	87.733.941,70
		Outras Contas	348.631.781,43
			713.820.848,89
			3.210.971.507,54
			4.396.473.649,35
		Total do Passivo Financeiro	
		PERMANENTE	
		PENDENTE	
		PATRIMÔNIO E RESERVAS	
		COMPENSAÇÃO	

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1967

Carlos Meusias Barbosa
Departamento Administrativo
ChefeAthayde de Oliveira Mello
Controlador Geral
C.R.C. — CB — n.º 13.387May Arthur da Silva Lame
Presidente